

## **Das mulheres e da memória: reflexões em torno de um livro**

Maria Alice Samara

Foi com muito gosto que aceitei o convite da Teresa Salles para a apresentar o livro *As mulheres nas crise académicas durante a ditadura*, editado no âmbito do projeto *Memória e Feminismos III: a desocultar quotidianos das mulheres*, numa edição da UMAR (União das Mulheres Alternativa e Resposta). Acho muito interessante e gosto particularmente desta vontade de desocultar, de trazer para a luz.

Este belíssimo livro conta não só histórias de vida de mulheres (ou uma parte destas histórias de vida, que são mais ricas e densas, claro está.), como nos permite ter acesso a uma recolha de documentos inéditos, que contribuem para uma melhor compreensão da história contemporânea. Neste aspecto, é um livro fundamental para todos os que se interessam por este período, pela história da oposição ao Estado Novo e, ainda, pela história das mulheres. De realçar o CD que faz parte desta publicação: o som do dia da universidade em 1965 e, ainda, por exemplo, a fotografia de capa, uma concentração de estudantes em 1963. Na primeira fila podemos ver (e ver é desocultar) Graça Cabeçadas e Maria Augusta Seixas.

Este livro é o resultado de um seminário no qual se debateu a questão da participação das mulheres nas crises académicas, na década de 60 (1962, 1964-65 e 1969) e inícios de 70. O despertar político dos estudantes vinha de trás, por exemplo com a “luta contra o 40.900” (Diana Andringa, pág. 57) e registava-se uma crescente politização. A Universidade constituiu-se, sem dúvida, um importante polo de oposição ao regime. Diz Miguel Cardina: “Quando se chega a 1969, uma parte considerável da juventude universitária encontra-se já em claro processo de ruptura com o regime.”<sup>1</sup> Queria salientar o aspecto de juventude: os novos contra um regime repressor, que era sentido como velho, pesado, cinzento.

---

<sup>1</sup> Cardina, Miguel (2009), "Movimentos Estudantis na crise do Estado Novo: mitos e realidades", E-Cadernos, 1, 67-90. [disponível online: <https://ec.es.revues.org/101>]

Aqui encontramos os depoimentos de Maria Emília Brederode, Maria Augusta Seixas, Clara Queiroz, Diana Andringa, Etelvina de Sá e Manuela Góis e no final as suas notas biográficas. Podemos ler – e sentir – a história de dentro e por dentro. São as histórias de quem lutou, sofreu mas venceu.

Num último capítulo deste livro, Manuela Tavares escreveu sobre a *Falta de Espaço para o despertar do feminismo*, contributo essencial para a problematização deste tema.

É interessante e revelador podermos estar aqui hoje no Museu Resistência e Liberdade. A forma como os espaços evoluem e quais os seus significados é-me particularmente caro. Estamos no Aljube, que no final do século XIX e inícios do século XX, antes da Ditadura Militar e do Estado Novo, foi uma prisão feminina, de presas de delito comum. Durante o Estado Novo, e até 1965, o Aljube funcionou, aí sim, como uma prisão para presos políticos.

Recuperando, não o sentido literal mas o simbólico, queria começar por fazer referência às múltiplas prisões, que encarceraram as mulheres e deixar o meu agradecimento a todas as mulheres insubmissas, que perceberam que estavam presas e que se libertaram. O meu obrigada a todas as que usaram calças, as que quiseram ir para os cafés, as que falaram em público, as que queriam a “reuniões nocturnas” (Diana Andringa, pág. 60), as que defendiam “o amor livre” (Manuela Góis, pág. 80) e quiseram fazer ouvir as suas vozes.

E também àquelas que contam a sua história, que passa a ser a nossa história. Ou como afirma a National Women’s History Project Americana: escrever as mulheres de regresso à História [write women back into history]. Se inicialmente se perguntava se as mulheres tinham uma história, pouco depois a pergunta era: é possível uma história sem mulheres<sup>2</sup>?

---

2 Virgili, Fabrice (2002), “L’histoire des femmes et l’histoire des genres aujourd’hui.”, Vingtième Siècle. Revue d’histoire 3/2002 (no 75), p. 5-14. [disponível online <http://www.cairn.info/revue-vingtieme-siecle-revue-d-histoire-2002-3-page-5.htm>]

## Da memória

Depois da revolução do 25 de Abril e passados mais de 40 anos este espaço, o Aljube, transformou-se num verdadeiro *lugar de memória*. Continua a ser necessário não deixar cair no esquecimento o que foi o Estado Novo, a violência preventiva e repressiva, como escreveu Fernando Rosas, e aqueles e *aquelas* que lutaram contra a opressão, que resistiram.

Mas se o Aljube é o local onde se luta contra o esquecimento, em nome do *dever de memória*, é, nesse sentido também, um lugar apropriado para se falar de mulheres e de *mulheres nas crises académicas contra a ditadura*. Porque, no caso das mulheres a luta é mais do que contra o esquecimento; é também contra a *invisibilidade*: aliás, Teresa Salles lembrou isto mesmo na sua introdução, quando afirma que em relação às lutas académicas “muito se tem falado” (pág. 5) e que os nomes dos dirigentes masculinos são conhecidos de todos mas as mulheres que, estiveram presentes nas mesmas lutas, como se pode ler neste livro, ficaram na invisibilidade.

Gostava de refletir sobre a relação entre quem escreve e quem lê, ou seja, este trabalho é possível porque se quis olhar de forma diferente para os acontecimentos. Há uma vontade de tornar visíveis, de constituir as mulheres como tema de pesquisa. E também, obviamente, existe a diferença na sensibilidade de quem escreve, de quem interroga, de quem se debruça sobre o tema de quem, enfim, constrói este objecto historiográfico.

Se temos o dever de não esquecer, também temos o dever de resgatar da invisibilidade, de trazer para a luz estas e outras histórias que estão por contar. Há mesmo uma verdadeira urgência. Nesse sentido, espero que este projeto possa ter continuidade. Em primeiro lugar, e subscrevendo o que escreveu Teresa Salles na sua introdução, é importante fomentar um “elo intergeracional” (pág. 5), fazendo com que os mais jovens possam conhecer a história e as histórias do tempo da ditadura e do Estado Novo.

Há todo um património de intervenção e de lutas que deve ser mantido. A experiência pode assim passar para outra geração, sem que tal signifique que não se procurem novos repertórios de luta. Em segundo lugar, é importante encontrar novas perguntas e outros protagonistas dos

acontecimentos – não deixando de questionar esta ideia de protagonistas. De uma forma mais justa talvez seja mais interessante procurar conhecer as várias vozes e as diferentes memórias das que estiveram presentes, que viveram estes acontecimentos. Porque, como afirmou Etelvina de Sá, uma grande maioria das jovens limitou a sua participação a Assembleias Magnas e algumas manifestações, “mas isso, só por si, já foi extraordinário!” (pág. 71)

Este livro, para quem não viveu os acontecimentos, ensina-nos mas também nos transporta para um contexto diferente. Tem, nesse sentido, a capacidade de nos permitir conhecer os factos e para além deles.

Nessa viagem a um passado de ditadura, este livro leva-nos para o tempo do medo, do “medo físico” (Maria Augusta Seixas, pág. 44), para o “contexto de múltiplas opressões” (Manuela Góis, pág.84). Para o tempo em que “o mundo era predominantemente masculino. E o ensino superior não era excepção” (Maria Emília Brederode, pág. 11).

O livro transporta-nos ainda para o tempo em que “As mulheres não eram nada” (Maria Augusta Seixas, pág. 21) e no qual, mesmo entre os associativos existiam “atitudes machistas” (Diana Andringa, pág. 59); para o tempo de “mentalidades machistas” (Etelvina de Sá, pág. 71). Podemos perguntarmo-nos hoje que caminho foi trilhado e se está tudo diferente. Ou seja, nós leitoras de hoje, não podemos deixar de reconhecer a dupla dificuldade destas e de outras mulheres quando se entretencem a questão de género e a política. A que se poderia claro acrescentar a de classe. Mas, contra os obstáculos, a resposta foi a presença.

Aprendemos ainda com estas memórias que o movimento associativo foi “uma espécie de escola paralela” (Maria Emília Brederode, pág. 11), o que nos mostra a importância dos *interstícios*, da forma como se procurava a construção de espaços de resistência e, simultaneamente de sociabilidade. Se as aprendizagens políticas – e o conseqüente processo de politização – se constituíam como centrais, o livro não nos deixa esquecer o papel das AAEE “divulgadoras de cultura” (Maria Augusta Seixas, pág. 34).

A luta dos estudantes – homens e mulheres – , cheia de perigos, tão violenta que podia ser quase “um cenário de guerra” (Etelvina de Sá, pág. 70), sem dúvida, foi também uma “festa”, uma “festa perigosa” (Clara Queiroz, pág. 51), porque feita por quem se passou a sentir vivo,

feita de “medo e entusiasmo” (Etelvina de Sá, pág. 70). Quando se gritava: “Queremos falar!”  
(Etelvina de Sá, pág. 68).

Este livro é fundamental: para aprender, para sentir. E para continuar a fazer.

Em defesa de uma história mais justa e igualitária, *desocultando* as mulheres e o seu papel,  
ouvindo as suas vozes. Enfim, escrevendo-as.